



Moro aceita novas denúncias da “lava jato” e torna réus ex-deputados

O juiz federal Sergio Fernando Moro abriu nesta segunda-feira (18/5) mais três ações penais ligadas à chamada operação “lava jato”, dessa vez contra os ex-deputados federais André Vargas (sem partido-PR), Luiz Argôlo (SD-BA), Pedro Corrêa (PP-PE) e a filha dele, Aline Corrêa (PP-PE). Segundo as denúncias, eles integravam um núcleo político que arquitetou fraudes em contratos públicos e praticaram crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Os ex-parlamentares foram citados em depoimentos de delação premiada do doleiro Alberto Youssef, que também virou réu em mais uma ação. De acordo com uma das denúncias, André Vargas recebia e repassava dinheiro de contratos de publicidade firmados com a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Saúde a empresas que não prestavam os serviços.

Pedro Corrêa, a filha dele e um assessor foram acusados de usar funcionários fantasma para movimentar dinheiro oriundo de corrupção. Corrêa, segundo o Ministério Público Federal, foi responsável pela nomeação de Paulo Roberto Costa como diretor de Abastecimento da Petrobras.

Luiz Argôlo é acusado de ter recebido vantagens indevidas do doleiro Alberto Youssef e de ter usado parte de sua cota para custear “viagens de interesse exclusivamente particular e ilícito” a São Paulo, nas quais visitou o escritório de Youssef.

Moro considerou “presentes indícios suficientes de autoria e materialidade”. Em um dos casos, afirmou haver provas de movimentações financeiras que embasam a acusação, além das delações premiadas. “Agregue-se que a prova oral colhida no inquérito apenas reforçou o conjunto probatório”, afirmou. Os depoimentos de testemunhas de defesa e de acusação foram marcados para junho, quando os acusados também poderão apresentar defesa.

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, os ex-deputados negaram irregularidades. Argôlo disse que não tem ligação com os desvios de recursos na Petrobras. André Vargas recusou-se a dar detalhes sobre sua relação com Youssef e os negócios do laboratório Labogen, investigado na “lava jato”, enquanto o ex-deputado Pedro Corrêa declarou nunca ter recebido propina do doleiro. *Com informações da Agência Brasil.*